



Psicologia: Reflexão e Crítica

ISSN: 0102-7972

prcrev@ufrgs.br

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Brasil

Kodato, Sergio; Silva Soares da, Ana Paula
Homicídios de Adolescentes: Refletindo sobre Alguns Fatores Associados
Psicologia: Reflexão e Crítica, vol. 13, núm. 3, 2000, pp. 507-515
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=18813318>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Homicídios de Adolescentes: Refletindo sobre Alguns Fatores

Sergio Kodato ¹

Ana Paula Soares da Silva

Universidade de São Paulo/Ribeirão Preto

Resumo

Este estudo é uma investigação de alguns fatores associados a homicídios praticados contra adolescentes em Ribeirão Preto (SP), onde, no período de 1995 a 1998, foram assassinados 101 adolescentes. A coleta de dados foram realizadas através da conjunção das seguintes técnicas: levantamento de dados sociográficos em processos judiciais instaurados no Ministério Público local; observação participante da instituição de internamento destinada para adolescente autor de ato infracional; entrevistas com adolescentes internos pela prática de homicídios. Como resultado, pode-se afirmar que as condições de vida que levaram à morte os adolescentes, são fruto de uma conjunção de fatores, onde, além da fragilidade institucional, observa-se como determinantes a disputa pela apropriação de bens, o conflito de interesses financeiros, o tráfico de drogas, e, um modo de relacionamento interpessoal, cujas resoluções conflituosas se dá de forma não mediada e violenta.

Palavras-chave: Homicídio; adolescência; violência; tráfico de drogas.

Adolescents' Homicide: Thinking about Some Associated Factors

Abstract

This research is an investigation of some factors associated to homicides committed against adolescents in Ribeirão Preto (SP), in which, during the period of 1995-1998, 101 children and adolescents were killed. The data were made throughout the association of the following methods: sociographics data enrollment, in the local prosecuting counsel; participant observation of the local internment institution, destined to intern adolescents for homicide acts; interview with intern adolescents for homicide acts ($n=8$). As a result one may state that the conditions on death of adolescents are product of a synchronization of factors, where, besides the fragility of the institution, observe determinants the dispute for appropriation of goods, conflict of financial interests, drug trafficking, producing of interpersonal relationship, of which resolution of conflictive situation materializes in many ways.

Keywords: Homicide; adolescence; violence; drug traffic.

As demandas da sociedade civil por maior segurança e melhores condições de vida contrastam com a miséria crescente e a multiplicação das ocorrências de violência em todas as esferas da vida social. A dificuldade dos aparelhos de Estado em conter ou amenizar o incremento do crime, dos atentados ao patrimônio e à própria

crianças e adolescentes, possibilita a emergência de uma nova fase dessa história. A pesquisa, quantitativa e qualitativa, caracteriza o agravamento dos episódios de violência, a crise no processo civilizatório, a violência forte, numa tragédia fáustica.

elevação crescente nos últimos anos. Segundo dados da Fundação SEADE (1999, www.seade.gov.br), no início da década atual, este índice, para cada 100.000 habitantes, era de 15,89 (em 1991). Em 1998, ele chega a alcançar 43,64. Durante este período, os dados disponíveis indicam ainda os seguintes valores: 18,08 em 1994, 41,68 em 1996 e 37,54 em 1997. Como se percebe, a partir de 1994, o índice dobra, aproximando-se, por exemplo, daqueles relativos à cidade de São Paulo, no início da década, que, de 44,79 em 1991, e, 44,90 em 1994, saltou para 55,56 em 1996 e 54,76 em 1997 (Fundação SEADE, 1999). É importante notar que o maior aumento no índice de homicídios, em Ribeirão Preto, ocorreu entre 1994 e 1996, sendo que, se comparado com São Paulo, nesta última cidade, o aumento, no mesmo período, não ocorreu de forma tão acentuada. Esse é um fenômeno que merece atenção: nos grandes centros urbanos, a criminalidade violenta vem aumentando consideravelmente nas últimas décadas. As informações a respeito da cidade de Ribeirão Preto demonstram que tal fato também vem ocorrendo em cidades de médio porte.

Em relação à população jovem, os índices de mortalidade por homicídio não são tão elevados quanto os da população em geral. Considerando-se o período de 1995 a 1998, registrou-se, na cidade, o assassinato de uma criança (onze anos) e de cem adolescentes (doze aos dezoito anos). Segundo levantamento divulgado pela Delegacia de Investigações Gerais (DIG) do município (Eblak, 1998), os homicídios de menores de dezoito anos representam 20,3% do total de homicídios na cidade. Em 1995, a população até os dezenove anos de idade representava 18% do total da população no município (Fundação SEADE, 1999). Ou seja, os adolescentes são assassinados numa proporção pouco maior do que aquela relativa à participação na população.

Entretanto, tal fato não minimiza a gravidade do problema em Ribeirão Preto, principalmente, se considerarmos que a velocidade de crescimento dos homicídios é superior à da população.

seu processo de vitimização que motiva a solicitação de intervenção. E neste tocante, a autoria de homicídios por jovens parece coincidir com as especulações. Pelo menos o número de homicídios registrados no município aponta para um aumento. De acordo com Silva (1999), o levantamento de processos de adolescentes em atos infracionais que tiveram envolvimento da Infância e Juventude no município, de 1984 a 1996, foi o homicídio doloso a mais registrado. Cresceu, aumentando 40 vezes.

Considerando-se o processo de aumento de homicídios no município, tanto os autores de homicídios como aqueles em que eles são vítimas, que fatores estariam neste fenômeno? Quem são os adolescentes vítimas dos homicídios? Por quais motivos, em que circunstâncias, são cometidos tais assassinatos? Haveria alguma prática de atos infracionais, a passagem de um estado de internamento e a vitimização?

A fim de levantar indícios que possam refletir e compreender estas e outras questões, foi realizado este trabalho. Pretende-se, com este conhecimento de determinadas circunstâncias, contribuir para a ocorrência dos homicídios, subsidiar para a possibilidade de ações preventivas e remediativas que atenuem o problema.

Método

Participantes

Cento e um processos instaurados no Juízo de Primeiro Grau do Poder Judiciário Público, visando a apurar os homicídios de adolescentes, no período de 1995-98, foram analisados.

Oito adolescentes internados por prática de atos infracionais na Unidade Educacional da FEBEM, situada no município de Ribeirão Preto (UE-03), foram entrevistados. Os adolescentes eram todos do gênero masculino, oriundos de famílias de baixa renda.

em virtude do assassinato de adolescentes ocorridos entre 1995 e 1998.

Procedimentos

Como se observa, nesta investigação, recorreu-se ao inter-método que permite a articulação entre a pesquisa quantitativa e a qualitativa, sendo portanto a coleta e a análise dos dados realizadas através da conjunção das seguintes técnicas: 1) levantamento de dados sociográficos, através da análise dos processos judiciais instaurados no Ministério Público local, em função dos homicídios ocorridos ($n= 101$); 2) observação participante da instituição de internamento no município, destinada para adolescente autor de ato infracional (FEBEM/RP, UE-03); e, 3) entrevistas com alguns dos adolescentes internos pela prática de homicídio ($n= 8$).

Com relação ao levantamento sociográfico, objetivando-se a busca das regularidades, empreendeu-se a coleta de informações que pudessem ser quantificadas. Foram levantadas e classificadas informações referentes a: a) dados pessoais, como idade, local de residência, ocupação, escolaridade, naturalidade, responsável, etnia e envolvimento com tráfico, b) dados sobre o homicídio, contendo informações sobre local de ocorrência, distrito policial, a forma como ocorreu o crime, a qualificação e situação do homicida, versão do Boletim de Ocorrência e outras versões surgidas ao longo do inquérito policial, bem como o desfecho do processo, c) dados sobre internação, investigando-se, nos casos onde as vítimas tiveram passagens pela FEBEM, o número de vezes em que estiveram internadas, o número de dias que permaneceram na instituição, a quantidade de fugas e se saíram ou não da instituição com a definição de outra medida, como a liberdade assistida.

Quanto à utilização das técnicas de observação na instituição de internamento e de entrevista com os adolescentes internos pelo cometimento de homicídios, a mesma foi requerida quando do levantamento dos dados sociográficos. De acordo com a metodologia,

As entrevistas foram semi-estruturado em torno dos temas levantados pelos entrevistados, principalmente. As entrevistas foram realizadas individualmente, na instituição de internamento, durante o período de observação. Cada adolescente foi entrevistado uma vez.

Resultados

Levantamento Sociográfico

Pode-se afirmar que a maioria dos adolescentes oriunda das camadas pobres da população. Uma das razões para a disponibilidade de dados sociográficos das famílias, é a conjunção das informações desta afirmação. Baixa escolaridade, baixa qualificação profissional dos responsáveis, condições de moradia são exemplos de elementos que configuram esta realidade.

Os dados sobre o local de ocorrência dos homicídios mostram que a maior parte (70%) ocorreu no Norte e Oeste do município, áreas de alta concentração populacional. Segundo o Censo Municipal (1998), nestas regiões da população do município. Tais áreas são as que centralizaram a maior parte da população.

Com relação à escolaridade, os dados mostram que as vítimas possuíam baixa escolaridade, sendo que a maioria, 41, 96%, situava-se na quarta série. Pode-se citar que, em relação ao grau, 10,89% cursou até a sétima série, 3,96% quinta série e, apenas 3,96% sexta série. Geralmente, o abandono da escola ocorre entre os doze e quatorze anos, faixa etária em que ocorre o envolvimento com os atos infracionais.

Quanto à idade, a maioria dos adolescentes falecidos, situava-se na faixa etária de 15 a 17 anos, com uma porcentagem eleva-se para 84,6%. A faixa que compreende dos 18 a 20 anos, representa 15,4%.

que se obteve informação sobre os responsáveis pelo adolescente ($n=76$), 78,95% enquadram-se nesta categoria. Apenas 21,05% das vítimas tinham o pai e a mãe como responsáveis. Na maioria (52,63%), a mãe era a única responsável e, em 13,16%, a responsabilidade do adolescente estava a cargo somente do pai. No primeiro caso, grande parte da ausência da figura paterna se deu por separação ou morte ou, pelo fato do pai ter abandonado a família e estar entregue, por exemplo, ao alcoolismo. Os demais casos (13,16%) distribuem-se entre aqueles que estavam sob a responsabilidade de avós, irmãos, tias e guardiãs.

A ocupação das vítimas era diversificada entre serviços gerais, servente de pedreiro, chapa, ajudante de bar, balconista, etc. Todas as atividades caracterizam-se pela não exigência de qualificação ou grau de escolaridade. Na realidade, o tráfico de entorpecentes parece ter sido a principal atividade econômica. Em muitos casos, com os proventos advindos dessa atividade, os adolescentes contribuíam para o orçamento familiar e alguns chegavam a sustentar suas famílias. Em outros, os adolescentes abandonaram a família e passaram a ter vida independente, morando na rua ou no próprio ponto de venda das drogas. A avaliação dos processos judiciais apontou, em meio a singularidades e peculiaridades, para ao menos uma constância: grande parte dos jovens vitimados apresentavam antecedentes infracionais e passagens pela Unidade Educacional da FEBEM de Ribeirão Preto (UE-03), particularmente antecedentes que envolvem a presença das drogas. Dos 41 casos em que foi possível obter a informação, 29 constavam que o adolescente possuía envolvimento com o narcotráfico, o que representa 70,73% dos processos com informação.

Em relação ao uso de entorpecentes, em 11,88% dos processos continha informação de que a vítima não fazia uso e, em 42,57% dos processos havia informação de que a vítima usava maconha e/ou *crack*. Em grande parte dos processos não há informações precisas (45,54%), mas

que diz respeito à desinternação, do total de 24 informações, apenas 16 saíram em liberdade. Um foi encaminhado para o Conselho Tutelar e 24 saíram da instituição sem aplicação de medidas.

Os homicídios, quase totalmente, foram cometidos por arma de fogo (geralmente revólver e pistola). Três foram cometidos por arma branca. Um foi cometido contra uma vítima do gênero masculino e dois contra duas meninas, sendo um cometido por um homem e outro pela única mulher autora de homicídios.

Como observado acima, o local onde ocorreu o crime geralmente coincide com a região de residência da vítima, bem como em determinados casos, a vítima estava em outro processo analisado, como a autopsia, caracterizando um movimento cíclico de violência onde existe uma proximidade bastante grande entre as vítimas e os autores dos homicídios.

Geralmente, os homicídios seguem um padrão: dois indivíduos em uma moto, um conduzindo e o outro de fogo, saem à procura da vítima e quando a encontram, o passageiro descarrega sua arma sobre a vítima, empreendendo-se a fuga logo em seguida. Os autores alegados para o homicídio, quando analisados nos processos, referem-se, na maioria, a indivíduos envolvidos em aquisições de entorpecentes, seguidos por conflitos de natureza subjetiva e de interesses, ocasionados por brigas anteriores. Por ocasião dos casos de adolescentes mortos por engano, não houve informação com outra pessoa. Em dois dos casos em que foi possível apurar a autoria do homicídio ($n=44$), 18 foram reconhecidas pelos autores como moventes do crime. Este fato evidencia a situação de insegurança social submetida a população jovem moradora da região, com maior incidência de homicídio, colando a vítima em posição de risco e vitimização.

A autoria do homicídio é conhecida em 43,56% da amostra e, em 56,43% ela não é conhecida. Ou não há outras informações (por exemplo, não foi possível identificar o autor do crime).

citado anteriormente, 42% dos homicídios, registrados no ano de 1998, foram praticados por jovens com menos de 18 anos. Em nossa pesquisa, como se verifica, do total de autores identificados, 50% são menores de 18 anos, chamando assim a atenção para o fato de que adolescentes estão sendo utilizados, seja como matadores, seja assumindo a autoria de um maior de idade. Os jovens assumem a responsabilidade em metade dos homicídios cometidos na cidade, e um número cada vez maior deles está sendo vítima de homicídio. Isto é evidência cabal de que os mecanismos de contenção e canalização da violência estão funcionando precariamente, em crise permanente de realização.

A polícia participa diretamente como autora em 4,9% dos homicídios, alegando estrito cumprimento da lei. Em outros, ela aparece como suspeita, apontada por familiares ou por algumas testemunhas. Em depoimentos de adolescentes internados na FEBEM, encontram-se também referências a espancamentos e constrangimentos sofridos quando surpreendidos pela polícia em via pública.

Quanto ao desfecho dos processos, a ausência de informações dificulta análises mais precisas. Em 48 processos, inexistiu o relatório de conclusão dos fatos e, em 15 ainda não foram concluídos os inquéritos policiais. Em onze casos, foi decretada a prisão preventiva e em cinco, o indiciamento. Alguns casos foram arquivados pela morte do autor ($n = 4$) ou pelo autor estar foragido ($n = 1$). Outros, aguardavam a identificação do autor ($n = 6$). No caso de autores menores de idade conhecidos ($n = 29$), em dez processos aparece o encaminhamento para a Vara da Infância e Juventude e, em um houve a aplicação da internação.

Os poucos casos de declaração de prisão preventiva do indiciado indicam que não há efetivo interesse e vontade política para a apuração dos fatos. A maior parte dos inquéritos não é concluída pela morosidade, quase paralisação nas investigações, seja por falta de laudos

em alguns casos, mas não alcança o contingente de internados.

A ressocialização depende de intervenções pontuais de profissionais da área, levando em consideração as particularidades de cada adolescente do sistema. Há a necessidade de atenção de um programa pedagógico consistente com os objetivos de uma política de segurança, o ECA e as normas internacionais. O programa deve ser claro e fundamentado em conteúdos e atividades, sendo colocado na rotina de grande parte dos internos, mesmo que muitos adolescentes são inaptos para isso, com drogas, de acordo com dados da FEBEM, 90% dos internos foram ouvidos a declarar que esperam, numa proposta psicossocial, com intervenções que tratassem de atividades de trabalhos como, por exemplo, em um formato de comunidades terapêuticas, para aqueles adolescentes que não conseguem abandonar o uso das drogas. Há também o fato de que ocorre em outras instituições, uma característica, e de conhecimentos que tratam da presença de drogas no sistema, de maconha é um destes indicadores de risco para os internos da instituição. A guerra ao tráfico manifesta-se também na instituição, havendo internos que não podem entrar em contato com familiares e amigos: são os chamados espíritos presos. Parece estar portanto estacionado o trabalho psico-pedagógico, não realizado de forma cativa e, com isso, pouco contribui para a ressocialização, quando não agravando a situação.

Quanto às entrevistas realizadas com os autores que cometeram homicídios, as entrevistas revelam uma boa capacidade de compreensão e reflexão, também, de frieza nos momentos de decisão. Geralmente começam com um relato da situação

a guerra de gangues: “*de vez em quando a gente ia dar uns tiros nas bocadas dos outros*”. Relatam espancamentos e abusos sofridos quando detidos por policiais, que deixam seqüelas de ódio e ressentimento. Para alguns adolescentes entrevistados, polícia é pior que bandido. Queixam-se do ócio na FEBEM e têm ciência de que se não tomarem providência no sentido de mudança no estilo de vida, fatalmente encontrarão a morte. Segundo os próprios adolescentes, quem mata morre. Representam a violência como instrumento de intimidação e poder.

Discussão

O contexto social, no qual se desenrolaram os fatos, mostra um quadro de evidente pobreza. Cabe salientar que não se está aqui assumindo uma relação direta entre miséria e criminalidade. A criminologia crítica (Taylor, Walton & Young, 1980), há muito, apontou com clareza que a questão fundamental é a produção das leis e a atuação enviesada das instituições de controle social da violência, “que só identifica como criminoso o delinquente oriundo das classes populares” (Zaluar, 1996, p. 67). Tal reconhecimento, contudo, não exclui aquele relativo à existência de configurações infracionais ligadas a determinadas classes sociais. E, na problemática estudada, ou seja, homicídios, fica bastante clara a sua relação com as condições de extrema pobreza, bem como com os fatores a ela inerentemente vinculados, em especial, a busca por uma alternativa econômica e de sobrevivência, encontrada por esta população no mundo do comércio das drogas.

A exposição aos estímulos e oportunidades de pequenos delitos e de envolvimento com o comércio das drogas parece ainda vinculada também à constituição familiar, ou melhor, à rede de apoio dos adolescentes, em especial, à ausência de figuras que possam exercer um papel de apoio e proteção à vulnerabilidade e ao risco. Na maioria dos casos, o envolvimento com o tráfico

grandeza, veiculados pela mídia e valorizados como sinônimo de felicidade e sucesso.

Para Castro (1998, p. 18) “as constrangimentos da contemporaneidade apontam, também, para a radicalização do individual onde o indivíduo reconhece na apoteótica realização dos seus desejos de consumo”. A falta de condições para a sobrevivência, a frustração diante de tantas possibilidades virtuais de consumo são elementos para a prática infracional, de certa forma, enquanto um meio de sobrevivência. A atividade ilícita é perpetrada no sentido de preencher a falta, uma carência no plano material e emocional, uma desesperada de satisfação que acaba com a morte.

Como afirma Violante (1997, p. 100), “na infância, o Eu deve poder auto-investir-se no futuro, na esperança de ter, então alcançado, o sucesso (...). Para constituir-se, o Eu exige realização, significação e reconhecimento advindo de outros”. Um outro Eu que lhe sirva de ponto de referência identificatório e suporte de investimento por um momento em que a modernidade oferece frutos impossíveis de serem alcançados. “A falta de modelos que contrariem o dito popular ‘o dinheiro não compensa’, o modelo identificatório do sucesso passa facilmente a ser o do traficante, o modelo que se sucedido. Os dados de Silva (1999) mostram que os representativos deste poder de atração e de entorpecentes é a segunda infração cometida no período estudado pela autora, aumen- tando para 23,75 vezes.

A ausência de figuras significativas no contexto parece assim agravar, em determinados casos, o relacionamento desses adolescentes com a sociedade e sua adaptação às instituições sociais. Por isso, em famílias onde ocorre a ausência de um pai ou mãe, em geral, o menor é forçado muitas vezes a abandonar a escola e ingressar precocemente no mercado de trabalho.

a praticar pequenos delitos para pagar dívidas assumidas com o uso de substâncias entorpecentes. Aos poucos, assumem “bronca” de traficantes maiores, inserindo-se assim numa rede de conflitos e disputa de mercados. Dentro dessa dinâmica de vida comercial ilícita, de economia de troca conturbada, de intenso porte de armas, no convívio inter-grupal, é inevitável que os pequenos desacordos sejam resolvidos de forma violenta, intensificando-se até suas últimas conseqüências.

Nesse mesmo sentido, também os espaços vivenciados pelos adolescentes não oferecem condições para mudarem a trajetória de envolvimento com o crime. A amostra estudada é insuficientemente instruída, compondo o contingente de alunos repetentes que acabam evadindo-se, e muitas vezes sendo expulsos da escola. As medidas aplicadas àquelas vítimas com antecedentes infracionais, que tiveram passagem pelo Juizado da Infância e Juventude, por sua vez, também não foram suficientes para oferecer novos referenciais e possibilidades de re-significação do papel social desses adolescentes, nem mesmo, para impedir a internação. Uma vez internados, essa medida foi marcada pela inatividade, pelo ócio, não conseguindo cumprir assim o caráter sócio-educativo de reeducação. A maioria reincide e procura fugir da instituição ou, quando saem, retornam ao mundo do crime.

Com relação ao autor do homicídio, a maior parcela não é identificada pela morosidade nas investigações, sendo poucos os casos de efetivação da prisão do autor do homicídio. Além de dificuldades técnicas, articulam-se a falta de recursos materiais, a ausência de vontade política de setores da polícia que, capturados por determinados agenciamentos ideológicos, podem vir a entender a morte de adolescentes infratores como “higiene social”. Ao mesmo tempo, há que se considerar que, quando ocorre a identificação, poucas são as possibilidades de re-socialização destes autores, sejam eles adultos ou adolescentes. Cumprindo pena ou medida sócio-educativa

não natural”. Desprovidos de recursos para garantir sua sobrevivência, não assistidos em suas necessidades, não reconhecidos na singularidade de suas vidas, não tiveram os adolescentes a possibilidade de se tornarem adultos. Não tiveram acesso à educação, nem a atividades definidas enquanto prioridades, nem a oportunidades que tudo indica, não sofreram a falta de acesso à assistência social e nem das medidas de proteção (II e III, Art. 87 do ECA). Não tiveram acesso às medidas se efetivamente das medidas se efetivamente das medidas no sentido de se evitar a reincidência e de promover a reinserção do adolescente. Em suma, as vítimas não tiveram condições infra-escolares para desenvolverem um desenvolvimento pleno, não tiveram a educação necessária, enveredaram-se por caminhos que os incapacitaram para a reabilitação, tornando-os infracionais, acabando por ser reincididos.

A forte presença da não proteção das vítimas, que poderíamos considerar como uma incompletude, não é apenas um aspecto isolado. Ela articula-se com outras incompletudes que identificamos como impotência, incompletude, impotência e reincidência, marcando a trajetória individual, mas o contexto social de todo.

Os processos não se completam, não há informações e finalizações desfeitas, não há a vida escolar até o próprio fim do homicídio. Faltam dados, medidas não realizadas, a realização parcial indica o caráter de recuperação e reintegração do autor do crime na proteção, execução de políticas públicas preferencial de recursos para a execução, isto certamente indica a maior ainda no nível de vida do autor do crime, dos provenientes de camadas populares. Podemos considerar os homicídios de adolescentes como

no município. Os dados de Silva (1999) apontam para a utilização de armamento pesado por parte dos adolescentes, tais como metralhadoras e fuzis, indicando uma mudança qualitativa na história da delinquência juvenil no município, nos últimos anos. Embora ainda a grande maioria dos autores de atos infracionais seja composta por aqueles que praticam atos leves e desprovidos de violência, esses adolescentes, paulatinamente, gozam de uma infra-estrutura e de um suporte logístico oferecido pelo crime organizado. E, no nível da produção de subjetividades, verifica-se, na cultura dos adolescentes envolvidos na prática de atos ilegais, um processo de glorificação do crime. Entre os institucionalizados, são aqueles que cometeram infrações pesadas, como homicídios e latrocínios, inseridos em uma estrutura de tráfico organizado, os que são mais respeitados e temidos, não apenas por outros adolescentes, mas também pelos monitores e coordenadores da instituição.

Neste universo simbólico, os adolescentes são colocados na linha de frente, não só do tráfico de varejo de entorpecentes, mas da guerra entre gangues, tanto assumindo crimes cometidos por maior imputável, quanto eles próprios cometendo o homicídio diretamente. Está em curso um processo de produção de mortes de jovens, que necessita ser manietado em algum elo de sua cadeia, uma vez que apresenta uma tendência de franco e cíclico crescimento.

As histórias dos adolescentes vitimados, excetuando-se os casos de mortes por engano, aponta ainda para uma repetição de ocorrências, eventos premeditados. A leitura dos processos é uma repetição de fatos, uma produção em série: evolução do envolvimento da vítima com atos infracionais, apreensões pela polícia, passagens por instituições, presença do tráfico de entorpecentes, uso e porte de armamento pesado, matar e morrer.

Com certeza, neste processo onde adolescente mata adolescente, existe a mediação de adultos, seja através das quadrilhas, seja através das instituições que desvirtuam

onde, além da fragilidade institucional, determinantes a disputa pela apropriação do embate de interesses financeiros e de entorpecentes, e, um modo determinado de subjetividades, cujo destaque peca pela recorrência à resolução de conflitos mediada e violenta.

Referências

- Adorno, S. (1995). A violência na sociedade brasileira em uma democracia não consolidada. *Sociedade e Estado*, 10(2), 25-42.
- Estatuto da Criança e do Adolescente. (1990). *Diário Oficial da União*, 8069, de 13 de julho de 1990. Brasília, DF.
- Castro, L. R. (1998). Infância e adolescência hoje. E. F. *Infância e adolescência na cultura de consumo* (pp.1-10). NAU.
- Craidy, C. M. (1998). *Meninos de rua e analfabetismo*. P. *Folha de São Paulo*, 3, 1.
- Eblak, L. (1998, 6 de Dezembro). Adolescentes envolvidos no tráfico de drogas. *Folha de São Paulo*, 3, 1.
- IBGE. (1991). *Censo demográfico - resultados do universo de 1986 a 1996*. Fundação Instituto Brasileiro de Estatística. Brasília, DF.
- Pinheiro, P. S. (1997). Violência, crime e sistemas de justiça em novas democracias. *Tempo Social*, 9(1), 43-52.
- Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto. (1998). *Ribeirão Preto 98*. Ribeirão Preto: Edigma.
- Silva, A. P. S. (1999). *O jovem em conflito com a lei na cidade de São Paulo: 1986 a 1996*. Dissertação de Mestrado não publicada. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto, São Paulo.
- Taylor, I., Walton, P. & Young, J. (1980). *Criminologia*. Edições Graal.
- Violante, M.L.V. (1997). A perversidade da exclusão social. (Org.), *Adolescência e violência: Consequências da realidade* (pp. 62). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Zaluar, A. (1995). Crime, medo e política. *Sociedade e Estado*, 10(2), 25-42.
- Zaluar, A. (1996). Crime e castigos vistos por uma perspectiva teórica. L. Bingermer & R. S. Bartholo (Orgs.), *Violência e justiça* (pp. 84). São Paulo: Loyola.

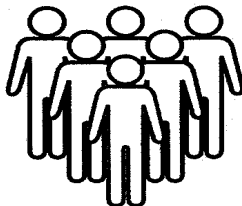
Sobre os autores:

Sergio Kodato é Psicólogo, Doutor em Psicologia pela Universidade de São Paulo, Professor do Curso de Psicologia da Universidade de São Paulo, Campus de Ribeirão Preto.

Ana Paula Soares Silva é Psicóloga, Pesquisadora do Centro de Investigações sobre Desenvolvimento Humano e Educação Infantil (CINDEDI), Mestre em Psicologia e Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Psicologia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP.

NÚCLEO INTEGRADO DE ESTUDOS E PESQUISA EM TRANSTORNOS DO DESENVOLVIMENTO

Filiado ao Programa de Pós-graduação em Psicologia do Desenvolvimento – UFRGS



Congrega psicólogos e demais profissionais das áreas da saúde e educação interessados na investigação e compreensão dos transtornos do desenvolvimento e suas implicações para intervenção na comunidade, sob a coordenação da Profa. Dra. Cleonice B.

Os objetivos do NIEPED são: Desenvolver pesquisa sobre crianças e adolescentes que apresentam transtornos do desenvolvimento, com ênfase no comprometimento psicolinguístico e da interação social, e aspectos psicossociais; manter um banco informatizado de dados e referências bibliográficas sobre a área, disponível para pesquisadores, estudantes e profissionais interessados no assunto; incentivar o desenvolvimento e circulação de instrumentos de avaliação do comportamento da população estudada para fins clínicos, educacionais, e de pesquisa, bem como a elaboração de material bibliográfico destinado a professores, familiares e profissionais em geral; apoiar e subsidiar estudos e intervenções transdisciplinares, públicas e privadas, com a finalidade de desenvolver programas educacionais e de qualificação profissional visando a melhoria das condições de vida dessas crianças/adolescentes e suas famílias; atuar no ensino da graduação e pós-graduação.